

360

FEHOESP

EDIÇÃO 36 • OUTUBRO DE 2019



Burocracia e
carga tributária elevada

prejudicam a saúde

Empresas nacionais gastam mais de R\$ 65 bilhões
por ano só para calcular e pagar impostos



O Leão engole a Saúde

Estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) mostra como o atual sistema tributário brasileiro abocanha a saúde, **comprometendo o papel social que esse setor deveria desempenhar no país**

●●● POR ANA PAULA BARBULHO

Com a aprovação da reforma da Previdência, o Congresso Nacional já começa a debater propostas para a reforma tributária. O principal objetivo do governo e dos parlamentares com as propostas que estão sendo discutidas, de acordo com o que foi divulgado até o momento, é o de simplificar o atual cipoal legislativo que rege os 63 tributos existentes no país, entre impostos, taxas e contribuições, além das 97 obrigações acessórias. “Há pouco mais de um ano, o Banco Mundial divulgou estudo que mostrava o Brasil como o país onde mais se gasta tempo calculando e pagando impostos. O custo dessa burocracia para as em-

presas é gigante e inibe o investimento estrangeiro. Precisamos de um sistema tributário mais justo e simples. Não podemos aprovar uma reforma tributária que eleve ainda mais a já pesada carga para empresas e cidadãos”, defende o presidente da FEHOESP e do SINDHOSP, Yussif Ali Mere Jr.

De fato, a pesquisa do Banco Mundial citada pelo dirigente foi divulgada no final de 2017 e mostra que as empresas nacionais gastam, em média, 1.958 horas por ano para cumprir todas as regras do Fisco. Na mesma época, o IBPT divulgou estudo mostrando que a estrutura de tecnologia e recursos humanos que as empresas preci-



sam montar para lidar com a burocracia tributária consome cerca de 1,5% do faturamento anual, um gasto de aproximadamente R\$ 65 bilhões apenas para calcular e pagar impostos.

A quantidade de normas editadas no Brasil desde a promulgação da Constituição de 1988, em 30 anos, também foi levantada pelo IBPT e o resultado mostra o tamanho da burocracia brasileira. Até setembro de 2018, das quase 5,9 milhões de normas editadas desde então, 390 mil foram de ordem tributária (31 mil federais, 123 mil estaduais e 235 mil municipais). Das 390 mil, 6,9% (ou 27 mil) estavam em vigor em setembro do ano passado. “É insano para qualquer empresário acompanhar tantas mudanças. Diariamente são publicadas novas normas que mudam a forma de operar. Isso aumenta drasticamente o custo de empreender no Brasil”, ressalta Yussif Ali Mere Jr.

Mas, afinal, quanto o atual sistema tributário prejudica o desenvolvimento do setor de saúde no país? Trata-se, realmente, de um setor muito tributado? Para responder a estas questões e tentar traçar uma diretriz para as discussões que norteiam a reforma tributária no Congresso Nacional, o IBPT realizou um estudo, a pedido da Federação Brasileira de Hospitais (FBH) e da Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde), intitulado *Realidade Tributária da Rede Hospitalar Brasileira*, que mensura a carga tributária incidente sobre toda a cadeia da saúde entre os anos de 2014 a 2018.

O levantamento considera os tributos (impostos, taxas e contribuições) que oneram direta e indiretamente o setor, considerando as arrecadações tributárias das três esferas de governo. Os dados utilizados são de fontes oficiais, como Receita Federal, secretarias de Fazenda dos principais estados, dados econômicos e setoriais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), informações do Ministério do Trabalho, Ministério da Saúde, Conselho Federal de Medicina (CFM), Organização Mundial de Saúde (OMS), entre outras, através da Lei de Acesso à Informação.

Para o estudo, o IBPT considerou as seguintes CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas: 8610-1 (Atividades de Atendimento Hospitalar); 3250-7 (Fabricação de Instrumentos e Materiais para Uso Médico e Odontológico e de Artigos Ópticos); 2121-1 (Fabricação de Medicamentos Para Uso Humano); 4664-8 (Comércio Atacadista de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos Para Uso Odonto-Médico-Hospitalar - Partes e Peças); 8630-5 (Atividades de Atenção Ambulatorial Executadas por Médicos e Odontólogos); 8640-2 (Atividades de Serviços de Complementação Diagnóstica e Terapêutica); 6520-1 (Seguros-Saúde); e 6550-2 (Planos de Saúde). “Não podemos esquecer que saúde é um direito fundamental e constitucional. Precisamos criar um ambiente de negócios e desenvolvimento que garanta acesso aos serviços, integração e qualidade. Nesse cenário, o papel da iniciativa privada é importante em vários aspectos, principalmente na capacitação dos profissionais e no investimento em infraestrutura e tecnologias”, defende o presidente da FEHOESP e do SINDHOSP.

Para o estudo, o IBPT considerou as seguintes CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas: 8610-1 (Atividades de Atendimento Hospitalar); 3250-7 (Fabricação de Instrumentos e Materiais para Uso Médico e Odontológico e de Artigos Ópticos); 2121-1 (Fabricação de Medicamentos Para Uso Humano); 4664-8 (Comércio Atacadista de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos Para Uso Odonto-Médico-Hospitalar - Partes e Peças); 8630-5 (Atividades de Atenção Ambulatorial Executadas por Médicos e Odontólogos); 8640-2 (Atividades de Serviços de Complementação Diagnóstica e Terapêutica); 6520-1 (Seguros-Saúde); e 6550-2 (Planos de Saúde). “Não podemos esquecer que saúde é um direito fundamental e constitucional. Precisamos criar um ambiente de negócios e desenvolvimento que garanta acesso aos serviços, integração e qualidade. Nesse cenário, o papel da iniciativa privada é importante em vários aspectos, principalmente na capacitação dos profissionais e no investimento em infraestrutura e tecnologias”, defende o presidente da FEHOESP e do SINDHOSP.

O tamanho do setor

Antes de analisar a carga tributária, é importante conhecer o tamanho do mercado prestador de serviços de saúde. A sétima edição do Boletim Econômico da FEHOESP, que compila dados do primeiro semestre deste ano, mostra a existência de 338.121 estabelecimentos de serviços de saúde no Brasil, segundo o Cadastro Nacional de Es-



tabelecimentos de Saúde (CNES), dados de junho de 2019. Em comparação com dezembro de 2018 houve crescimento de 2,19% no número de estabelecimentos no país (em dezembro de 2018 existiam 330.696). No Estado de São Paulo o número atual é de 81.762 estabelecimentos de saúde, dos quais 1.991 novos. (Tabela 1)

Apesar do crescimento no número total de estabelecimentos de saúde, o IBPT aponta que entre 2010 e 2019 foram fechados 2.127 hospitais privados no país, e outros 1.567 foram abertos. A

elevada carga tributária, associada à crise econômica, estão entre as justificativas para o movimento dos números. Atualmente, as empresas privadas com fins lucrativos têm uma dívida de mais de R\$ 6 bilhões com o Fisco, e as sem fins lucrativos devem mais de R\$ 10 bi. Do estoque de débitos tributários federais, a dívida dos hospitais brasileiros é de R\$ 16,6 bi junto à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, segundo o IBPT. Dos 338.121 estabelecimentos de saúde do país, 246.339 são privados, ou 72,85%. (Tabela 2)

Tabela 1 - Brasil e São Paulo: Estabelecimentos de saúde totais | Em número e em variação %

Por tipo	Brasil		São Paulo		Variação %	
	Jun19	Dez18	Jun19	Dez18	BR	SP
Hospitais (Especializado, Geral e Dia)	6.723	6.687	1.078	1.083	0,5%	-0,5%
Clínicas e Ambulatórios especializados	51.149	50.612	11.248	11.375	1,1%	-1,1%
Consultórios	168.134	163.118	52.896	51.517	3,1%	2,7%
Home Care	812	736	195	180	10,3%	8,3%
Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	25.591	25.219	4.646	4.568	1,5%	1,7%
Policlínica	8.867	8.055	2.436	2.016	10,1%	20,8%
Pronto Atendimento Geral*	1.222	1.201	305	290	1,7%	5,2%
Prontos-Socorros Geral e Especializado	421	425	145	145	-0,9%	0,0%
Centro de Atenção Psicossocial - Caps	3.043	3.013	538	529	1,0%	1,7%
Outros	72.159	71.630	8.275	8.068	0,7%	2,6%
Total	338.121	330.696	81.762	79.771	2,2%	2,5%

Tabela 2 - Brasil e São Paulo: Estabelecimentos de saúde privados | Em número e em variação %

Por tipo	Brasil		São Paulo		Variação %	
	Jun19	Dez18	Jun19	Dez18	BR	SP
Hospitais (Especializado, Geral e Dia)	2.443	2.402	418	420	1,7%	-0,5%
Clínicas e Ambulatórios especializados	43.370	42.837	9.605	9.711	1,2%	-1,1%
Consultórios	166.171	161.149	52.410	51.023	3,1%	2,7%
Home Care	769	703	182	169	9,4%	7,7%
Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	23.268	22.922	4.259	4.184	1,5%	1,8%
Policlínica	6.805	6.092	2.013	1.644	11,7%	22,4%
Pronto Atendimento Geral*	92	82	47	40	12,2%	17,5%
Prontos-Socorros Geral e Especializado	109	114	36	34	-4,4%	5,9%
Centro de Atenção Psicossocial - Caps	1	1	-	-	0,0%	N/D
Outros	3.311	3.034	537	418	9,1%	28,5%
Total	246.339	239.336	69.507	67.643	2,9%	2,8%

Fonte: Boletim Econômico FEHOESP nº 7

Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES) - Consulta dia 16/7/2019

*Pronto Atendimento Geral incluem as UPAS, que atendem complexidade intermediária, compondo a rede com a atenção básica e a hospitalar



A saúde, por se tratar de um setor altamente dependente de mão de obra especializada, vem registrando aumento no número de postos de trabalho, apesar da crise econômica e do desemprego. O Boletim Econômico número 7 da FEHOESP mostra que, no primeiro semestre deste ano, o número de contratações atingiu 63.255 vagas. Em junho de 2019, o Brasil registrou

2.298.165 trabalhadores na área da saúde. Entre as atividades, destaca-se a criação de 32.620 postos de trabalho na atividade atendimento hospitalar e a geração de 10.718 vagas de trabalho na atividade médica ambulatorial. “Isso mostra a pujança do setor da saúde e a importância que ele tem no cenário econômico nacional”, acredita Yussif Ali Mere Jr. (Tabela 3)

Tabela 3 - Evolução do emprego no setor no Brasil e no Estado de São Paulo

Categoria	Brasil			São Paulo		
	Jun19	Saldo das contratações	Variação %	Jun19	Saldo das contratações	Variação %
		Jun19/Dez18	Jun19/Dez18		Jun19/Dez18	Jun19/Dez18
Atendimento hospitalar	1.251.965	32.620	2,7%	405.448	7.289	1,8%
Serviço móvel de urgência	9.836	80	0,8%	3.654	86	2,4%
Serviço móvel de remoção de pacientes	1.992	-59	-2,9%	816	-15	-1,8%
Atividade médica ambulatorial	368.162	10.718	3,0%	129.161	2.343	1,8%
Laboratório, diagnóstico e exames	258.049	4.502	1,8%	74.667	1.769	2,4%
Profissionais da área de saúde	86.590	2.886	3,4%	23.130	697	3,1%
Gestão de saúde*	97.329	7.522	8,4%	12.263	1.555	14,5%
Ativ. de atenção à saúde humana não esp. anteriormente	91.530	880	1,0%	42.443	1.071	2,6%
Atividades de assistência a pacientes especiais**	65.051	1.432	2,3%	33.065	555	1,7%
Fornecimento de infraestrutura	17.502	1.059	6,4%	5.659	736	15,0%
Assistência psicossocial	16.927	620	3,8%	5.905	-52	-0,9%
Assistência social	33.232	965	3,0%	15.508	425	2,8%
Total	2.298.165	63.225	2,8%	751.719	16.459	2,2%

Fonte: Boletim Econômico FEHOESP nº 7
Caged/MTE e Rais 2017 | Elaboração Websetorial

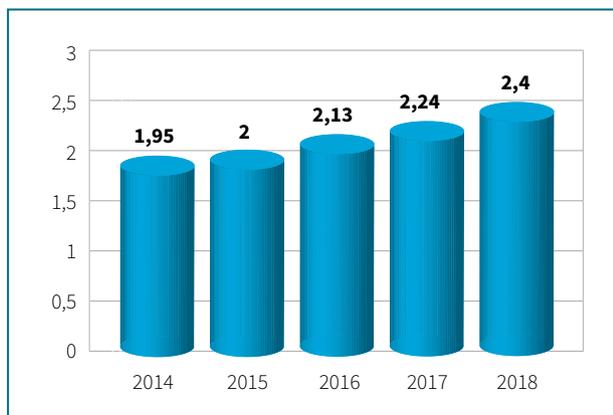
*Gestão de saúde, onde estão incluídos: administração de hospitais, centrais de regulação, consultoria, assessoria e fundações de pesquisas

**Idosos, deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes prestadas em residências coletivas e particulares

Arrecadação aumenta

O gráfico 1 mostra que, apesar do processo de impeachment da ex-presidente Dilma e da crise econômica, a arrecadação tributária total (federal, estaduais e municipais) vem crescendo no Brasil desde 2014.

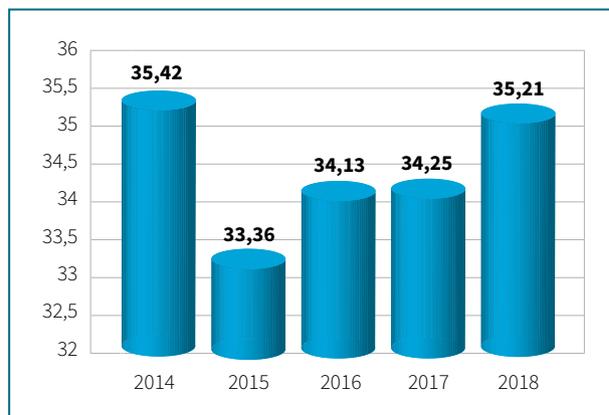
Gráfico 1 - Arrecadação tributária total (federal, estaduais e municipais - em trilhão R\$)



Fonte: IBPT

Já a carga tributária oscilou no país no mesmo período, considerando a metodologia de cálculo desenvolvida pelo IBGE. Acompanhe a evolução da carga tributária brasileira de 2014 a 2018, no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Evolução da carga tributária brasileira por ano - em %



Fonte: IBPT

O sistema tributário brasileiro é criticado por especialistas e considerado injusto por tributar excessivamente o consumo, em detrimento da tributação sobre a renda e o patrimônio, como acontece na maioria dos países desenvolvidos. 65% de toda a arrecadação tributária nacional é proveniente de tributos que incidem direta ou indiretamente sobre o consumo, o que acaba penalizando a população de baixa renda. Os produtos voltados para a saúde também são muito tributados no Brasil, como mostra a Tabela 4.





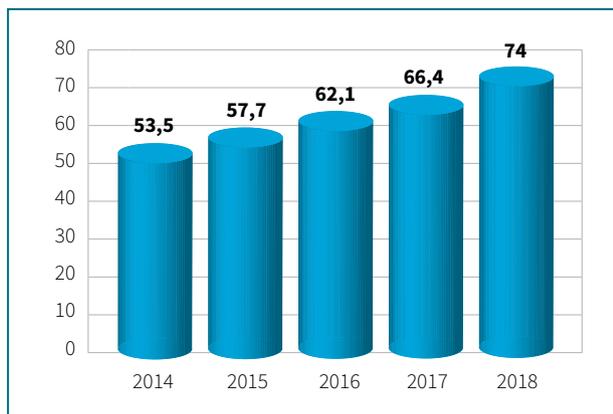
Tabela 4 - A carga tributária incidente em produtos da área da saúde

Produtos	Tributos (%)	Produtos	Tributos (%)
Abaixador de língua	29,75	Esparadrapo	28,86
Agulha	33,78	Eletrocardiógrafo	27,51
Ambulância	35,56	Gaze	29,44
Andador	19,27	Implantes expansíveis (stents)	26,44
Aparelho de cintilografia	37,11	Inalador	35,54
Aparelho de pressão	33,83	Lâmina para microscópio	33,90
Aparelho de raio-x	29,10	Luva cirúrgica	29,68
Aparelhos de raio ultravioleta ou infravermelhos	40,30	Maca	34,48
Aparelho para mamografia	29,10	Marca-passos cardíacos (exceto partes e acessórios)	26,44
Aparelho tomógrafo computadorizado	29,10	Máscara cirúrgica	30,16
Aparelhos de diagnóstico por visualização de ressonância magnética	27,99	Medicamento de uso humano	33,87
Avental médico	30,63	Medidor de glicose	29,92
Balão de borracha (bexiga)	34,00	Mertiolate/mercúrio	34,95
Band-aid (curativo)	30,39	Muleta	39,59
Bisturi	39,59	Partes e acessórios de marca-passos cardíacos	26,44
Bolsa térmica	37,48	Pipeta de laboratório	34,13
Cadeira de rodas	18,04	Seringa	29,92
Cama hospitalar	42,78	Sonda aspiração traqueal	20,56
Cateter	29,57	Sonda uretral	34,35
Coletor de urina	19,98	Soro	30,05
Comadre/papagaio	34,48	Termômetro	38,93
Desfibrilador	34,65	Tipoia	19,51
Desfibrilador externo (operação modo automático)	31,18	Válvulas cardíacas	26,44
Ducha higiênica	35,24	Xarope	34,80

A arrecadação da Saúde

Dados da Receita Federal compilados pelo IBPT, de acordo com os CNAEs do estudo, mostram que tem crescido a arrecadação tributária federal do setor da saúde. O Gráfico 3 apresenta o crescimento arrecadatário de 2014 a 2018, apenas de tributos federais. Com exceções dos CNAEs 4664-8 (Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças) e do 6520-1 (Seguro-Saúde) todas as demais atividades mostram aumento na arrecadação de tributos federais no período analisado.

Gráfico 3 - Arrecadação de tributos federais da Saúde (em bilhões)



Fonte: RFB e IBPT

No período, a correção pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) foi de 25,64%. Portanto, o crescimento real da arrecadação de tributos federais chegou a 12,72%, de 2014 a 2018. Na atividade hospitalar, por exemplo (CNAE 8610-1), a arrecadação de tributos federais saltou de R\$ 13,5 bilhões em 2014 para R\$ 18,4 bi, em 2018. Os tributos federais que têm maior relevância nessa atividade são a Contribuição Previdenciária, que representou no ano passado 31,82% dos tributos federais; seguida pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (23,98%); Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (23,46%); e PIS/ Cofins (9,40%).

A atividade de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica (CNAE 8640-2) também apresenta crescimento na arrecadação de tributos federais, de R\$ 3,7 bi, em 2014, para R\$ 5,2 bi,

em 2018. A participação relativa dos tributos federais nessa atividade, no ano passado, mostrou-se da seguinte forma: a Contribuição Previdenciária, com 37,99%; FGTS (17,52%); IRPJ (16,81%); e outros tributos (13,89%).

Em âmbito estadual, a arrecadação de tributos registrou crescimento nominal de 15,66% de 2014 a 2018, ficando abaixo do crescimento do IPCA do mesmo período. Cálculos do IBPT mostram um decréscimo de 9,98% na arrecadação de tributos estaduais. Já nos municípios, o crescimento real da arrecadação foi de 16,54% no mesmo período.

O estudo também analisou a arrecadação total de tributos do setor de saúde nas três esferas governamentais, de 2014 a 2018. O resultado mostra um aumento significativo na arrecadação de tributos federais, estaduais e municipais pagos pelo setor. (Gráfico 4)

Gráfico 4 - Arrecadação de tributos federais, estaduais e municipais pelo setor da Saúde - em bilhões de R\$



Fonte: IBPT





PIB da saúde x carga tributária

Para calcular a carga tributária que incide sobre um segmento econômico, é preciso medir o total da arrecadação tributária do setor dividido pela riqueza por ele gerada na economia nacional, o chamado valor adicionado. Pelas características do sistema de saúde brasileiro, formado por entidades públicas, filantrópicas e privadas lucrativas, cada segmento destes participa de forma diferente no Produto Interno Bruto (PIB) da Saúde, calculado em R\$ 378,4 bilhões em 2018. Segundo o IBPT, no ano de 2018, a saúde pública representava 28,12% (R\$ 106,4 bilhões) do PIB do setor, enquanto as empresas privadas com fins lucrati-

vos representavam 65,89% (R\$ 249,3 bilhões) e, as entidades filantrópicas, tinham uma participação de 5,99% (R\$ 22,6 bilhões) no PIB da Saúde.

Embora representem 65,89% do PIB Saúde, as empresas privadas contribuíram, em 2018, com 95,11% do total da arrecadação tributária do setor, as filantrópicas tiveram uma arrecadação tributária de 2,96% do total e, o setor público de saúde, contribui com 1,92% do total arrecadado. Dessa forma, nota-se que a carga tributária incidente sobre as empresas privadas com fins lucrativos é de 39,55%, contra 13,56% das filantrópicas e de 1,87% das entidades públicas. Veja a incidência da carga tributária para as instituições públicas, privadas e filantrópicas entre os anos de 2014 e 2018. (Tabela 5)

Tabela 5 - Carga tributária (CT) do setor Saúde

	2014	2015	2016	2017	2018
CT Setor Saúde	25,47%	25,22%	27,77%	26,34%	27,40%
CT Empresas Privadas	38,05%	37,97%	40,73%	38,44%	39,55%
CT Filantrópicas	16,24%	12,78%	13,25%	11,94%	13,56%
CT Saúde Pública	2,47%	1,15%	2,30%	2,76%	1,87%



“Para um setor tão relevante para o desenvolvimento do país e para a melhoria da qualidade de vida da população é inadmissível

Yussif Ali Mere Jr,
presidente da FEHOESP
e do SINDHOSP

arcar com uma carga tributária de quase 40%. É por isso que a FEHOESP e o SINDHOSP já estão debatendo com parlamentares uma reforma que traga mais justiça social e desonere as empresas e os produtos da saúde”, defende Yussif Ali Mere Jr. **Acompanhe no site da FEHOESP** as atividades políticas realizadas em defesa do setor de saúde. Seja um representado!